

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1009.01/2020-TP

Presente o Processo Administrativo nº 0809.01/2020-TP, que consubstancia a Tomada de Preços nº 1009.01/2020-TP, destinada a selecionar a melhor proposta e contratar seu ofertante, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, CONFORME PROJETO BÁSICO EM ANEXO.**

Apesar de devidamente publicada conforme exigência legal, não se pode, na oportunidade, prosseguir com o procedimento em tela, uma vez que há necessidade de alterações no Projeto Básico que embasam o edital da Tomada de Preços mencionada. Tais alterações como modificação de medidas e quantitativos de itens do projeto influenciam não só na elaboração das propostas, mas também o prosseguimento do processo porque como se encontra torna-se inviável a execução final do objeto de forma a satisfazer o interesse público.

A Administração Pública usando de suas prerrogativas de direito amparada pelo Princípio da Autotutela tem a faculdade de revogar seus próprios atos, por razões de conveniência e oportunidade, assim como bem descreve a Sumula Vinculante nº 473 do Superior Tribunal de Justiça assim transcrito na íntegra:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou **revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade**, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial." (SV nº 473, STF)

Ainda fazendo uso dos ditames legais sobre assunto, preceitua o art. 49 "caput" da Lei nº 8.666/93, in verbis:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente **poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente** devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado." (Grifo nosso).

Considerando que os dispositivos legais e jurisprudências permitem que atos legais sejam revogados desde que atendidos os requisitos necessários como apontados acima, a justificativa apresentada contendo razão de interesse público por parte desta administração devidamente apresentada, inexistência de direito adquirido até o presente momento, fica **REVOGADA** a presente Tomada de Preços nº 1009.01/2020-TP.

Ao Presidente, para os procedimentos de praxe.

Itatira-Ce, 22 de setembro de 2020.



Francisco Juliano Silva Soares
Ordenador de Despesas
Posterior 08/2017

Francisco Juliano Silva Soares
Ordenador de Despesa Responsável